

## **Intervenção do Secretário Regional Adjunto da Presidência**

**para as Relações Externas, Rui Bettencourt,**

**proferida na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,**

**no debate por iniciativa do Governo Regional sobre “A União Europeia Pós 2020”**

**Horta, 20 de fevereiro de 2018**

“O Governo dos Açores decidiu trazer a esta Assembleia, por sua iniciativa, o debate sobre um tema que, pela importância que tem para o futuro da nossa Região, assume um carácter verdadeiramente estruturante para o nosso desenvolvimento económico e decisivo para a qualidade de vida dos Açorianos na próxima década.

Este debate enquadra-se no compromisso que assumimos – e concretizámos - de abrir a discussão sobre esta questão não só à sociedade civil açoriana, incluindo, evidentemente, os parceiros sociais da Região – UGT, CGTP, Federação Agrícola e Federação das Pescas -, mas também no âmbito político, considerando que se perspetiva um processo negocial difícil, tendo em conta os interesses, as visões e as abordagens em presença.

Neste momento e neste Parlamento, o primeiro ponto que o Governo gostaria de salientar é precisamente a relevância política e institucional que assume uma posição verdadeiramente açoriana sobre o que os Açores pretendem que seja o próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia.

Procuramos uma posição concertada, que nos projete no futuro, coletivamente, e que nos dê legitimidade acrescida para fazermos valer as nossas pretensões, perante as instituições europeias e perante o Estado-Membro.

Assim, o Governo dos Açores decidiu, assim, em junho de 2017m promover este debate sobre a União Europeia pós 2020 neste momento charneira da vida da Europa não apenas pelos desafios com que está confrontada, mas particularmente porque nos próximos meses atravessaremos um processo de definição de alguns dos instrumentos fundamentais para a sua configuração futura, enquanto projeto civilizacional e de progresso.

Deste processo não devem - não podem - estar alheadas as Regiões Autónomas e, muito menos, aquelas que, como a Região Autónoma dos Açores, possuem competências políticas, legislativas e administrativas que lhe conferem um papel preponderante na definição das políticas nacionais sobre estes domínios e, mais ainda, sobre a aplicação futura dos instrumentos financeiros, políticos ou outros que têm aplicação no nosso território.

E, se isso é válido a nível europeu, mais válido ainda é, até por razões daquilo que estabelece a Constituição da República e o Estatuto Político-Administrativo, quanto ao nosso país.

Interessa, por isso, que, da parte da República, sejam reforçados os mecanismos de participação das regiões autónomas e, em concreto, da Região Autónoma dos Açores, na definição das posições de Portugal neste domínio.

É ainda com um objetivo genuíno de construção de uma posição regional comum e, portanto, emanada também da posição dos seus órgãos de Governo próprio, que promovemos hoje este debate e apresentámos a este plenário uma Proposta de Resolução sobre a estratégia açoriana para a preparação do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia pós 2020 que, esperamos, possa vira a consubstanciar essa mesma posição comum.

A relevância dessa posição comum é tanto maior quanto significativas são as condicionantes em presença na negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia e das políticas basilares que têm enformado o projeto europeu, com destaque, naturalmente, para a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e demais instrumentos que compõem os designados Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Por serem de todos conhecidos, bastará a sua enunciação sintética: saída do Reino Unido da União Europeia com a conseqüente retirada do seu contributo financeiro para o Orçamento da União, necessidade de financiamento de novas competências e políticas da União nos domínios das migrações, da segurança, da defesa, mas também da mobilidade, da investigação e da mitigação das alterações climáticas.

Tudo isto são pressões significativas para a reestruturação da tipologia e dos mecanismos de apoio à Política de Coesão e à Política Agrícola Comum de uma base de subvenções, com a introdução de mecanismos financeiros alternativos e de natureza mais liberal, bem como o tradicional debate entre contribuintes e recipientes líquidos e as pressões para a diminuição do orçamento global da UE, para mencionar apenas alguns.

Mas, confrontado com esses desafios, aquilo que advoga o Governo dos Açores é aquilo que é a essência do projeto europeu. Isto é: não poderemos ter Europa, maior coesão económica, social e territorial, mais emprego, qualificação e desenvolvimento, menos disparidades entre territórios europeus, se não se pugnar por uma Política de Coesão – principal política de investimento comunitário na União, no nosso país e na nossa Região – forte, robusta e com recursos financeiros à medida, capaz de gerar o crescimento económico, dar resposta às questões sociais nas regiões mais frágeis e esbater as diferenças estruturais existentes.

Não se pode defender uma capacidade produtiva europeia que não tenha em conta os nossos espaços rurais, a tenacidade dos nossos produtores e o seu papel enquanto pilar da coesão económica e social dos territórios com maiores fragilidades, se não tivermos uma Política Agrícola Comum forte e justa e se esta não se mantiver, também, como um pilar do nosso desenvolvimento futuro.

Não se pode promover uma gestão sustentável dos recursos do mar se não se dotar as nossas frotas pesqueiras das necessárias melhorias, da qualificação dos seus recursos humanos e melhores meios de valorização do pescado, do financiamento na aquacultura e na valorização do mar profundo.

Não pode a União Europeia almejar liderar no domínio da inovação, da ciência e investigação se não permitir que, em regiões como a nossa, haja um forte investimento

nessas áreas a fim de podermos alavancar as nossas capacidades e de podermos contribuir para os desafios com que os europeus estão confrontados.

Não pode a União Europeia projetar-se no mundo sem que os Açores, com 18% do mar europeu, com a sua posição geoestratégica única, com os Açorianos do arquipélago e os da Diáspora, com o seu europeísmo forte, sejam considerados uma região chave.

Naturalmente, não se trata, nesta altura, de definir os recursos financeiros que devemos reivindicar, mas antes a ambição e o caminho que nos deve guiar neste processo, neste novo contexto de novos desafios, de novas realidades e de novas respostas, para uns Açores e uma Europa mais próspera, mais coesa, desenvolvida, competitiva e solidária.

É necessário também que os Açores, Portugal e a Europa saibam que cada uma das nossas políticas de desenvolvimento também são de desenvolvimento da Europa.

Na preparação deste quadro financeiro que tão importante é para nós, devemos aqui referir o que disse, quarta-feira passada, o Presidente Juncker: “Os orçamentos não são exercícios contabilísticos. Eles são o reflexo das nossas prioridades e da nossa ambição. Começamos, então, a debater a Europa que queremos”.

É essa ambição que nos move. A de definir, com determinação, aqueles que são os aspetos fundamentais do papel que deve desempenhar a Europa nos Açores e da posição dos Açores na Europa no pós 2020.

Nesse contexto, importa ainda realçar três aspetos que nos posicionam positivamente.

O primeiro tem a ver com a vivacidade com que os Açores têm agido neste processo a afirmar, a suscitar, a impulsionar, ora no Fórum das Regiões Ultraperiféricas, em março de 2017, a elaborar o memorando com mais de 200 propostas concretas que inspirou a Estratégia da Comissão Europeia para as RUP publicada em outubro, ora na Conferência dos Presidentes das RUP, ora com o Presidente da Comissão Europeia ou com vários Comissários, a afirmar a posição dos Açores, ou ainda no Comité das Regiões ou a estabelecer alianças com atores – chave do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social Europeu e de todas as instâncias comunitárias.

Igualmente, o nosso percurso na execução e no impacto dos fundos comunitários alocados aos Açores traz argumentos que sustentam a pertinência da ação açoriana que, desde 1990 até ao último Quadro Comunitário de Apoio, de 2007 a 2013, terão sido de mais de cinco mil milhões de euros.

Esses fundos, numa região arquipelágica, distante do continente europeu, dispersa, com mercados de pequena dimensão e economia de pequena escala, desempenharam e devem continuar a desempenhar um papel fundamental na promoção da coesão económica, social e territorial e na aproximação aos níveis de desenvolvimento do restante espaço comunitário.

Despistando o efeito estatístico derivado dos alargamentos, considerando assim como base de comparação a União Europeia a 15 estados-membros em 2015, tomando o mesmo indicador, o PIB ‘per capita’ em paridades de compra, este apontava para uma

aproximação à média da UE 15 desde 2001 em mais de 11 pontos percentuais, quando, a nível nacional, essa aproximação se quedou pelos cinco pontos.

O terceiro aspeto que tem de ser central é o respeito e a potenciação da nossa condição ultraperiférica.

O desenvolvimento que, fruto da ação dos sucessivos Governos dos Açores, imprimimos à nossa Região ao longo deste processo de décadas de participação no projeto comunitário, não nos deve fazer esquecer o facto de termos ainda e sempre fragilidades que resultam da natureza dispersa, fragmentada, pequena do nosso território. Mas, se é certo que mantemos as fragilidades que caracterizam a nossa ultraperiferia, também é certo que a nossa posição geoestratégica dá dimensão à Europa e apresenta uma mais valia negocial forte para Portugal.

Esta nossa atividade sem vacilar na defesa dos interesses dos Açores, esta nossa capacidade coletiva de investir e de desenhar o futuro para bem do Povo Açoriano, a necessidade de agir em permanência para mitigar as nossas fragilidades que decorrem da nossa ultraperiferia e as potencialidades que trazemos à União Europeia, dando-lhe uma dimensão oceânica e um posicionamento transatlântico, devem, pois, ser vistos como elementos positivos e tidos em conta pelo Estado-Membro Portugal nas negociações a vir.

“O futuro da Europa está nas nossas mãos” e para isso “promoveremos um processo de decisão democrático, eficaz e transparente”. Este desiderato enunciado na Declaração de Roma, a 25 de março de 2017, que comemorava os 60 anos do histórico tratado que instituiu a então Comunidade Económica Europeia, e que lançou o processo de definição do futuro da Europa, é, pois, o desiderato que aqui trazemos a esta casa da democracia açoriana.

Assumamos, pois, em conjunto, o futuro nas nossas mãos.”